



207.

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0047682-17.2011.8.17.0001 (0273325-9)
COMARCA: RECIFE
VARA: 1ª VARA DOS CRIMES CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE DA CAPITAL
APELANTE: ANDRÉ LUIZ FERNANDES DA SILVA
ADVOGADA: BELA. ALCIONE ROBERTA DE LIMA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA: DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO QUALIFICADO PELO EMPREGO DE ARMA. ABSOLVIÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. ALEGADA EXACERBAÇÃO DA PENA APLICADA. INOCORRÊNCIA. SUBSTITUIÇÃO DE PENA, DISPOSTO NO ARTIGO 44 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DOS ELEMENTOS JUSTIFICADORES. APELAÇÃO NÃO PROVIDA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Presentes provas de autoria do apelado, através de depoimentos acordes e firmes colhidos em juízo, conjugados ao flagrante e às circunstâncias da prisão, não há como se afastar a condenação.
2. A reprimenda encontra-se dentro dos limites estabelecidos pelos elementos do art. 59, do CP, justificando-se o aumento da reprimenda quando existente circunstância que lhe é desfavorável.
3. Impossibilidade da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito. Reprimenda definitiva que ultrapassa quatro (04) anos, além de ter sido o delito perpetrado com grave ameaça.
4. **Apelo não provido. Decisão Unânime.**



208

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos de **Apelação Criminal nº 0047682-17.2011.8.17.0001 0273325-9**), em que figura, como Apelante, **André Luiz Fernandes da Silva** e, Apelado, **Ministério Público do Estado de Pernambuco**, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em negar provimento ao apelo**, tudo de conformidade com o relatório e votos constantes das notas taquigráficas anexas, devidamente rubricadas, que passam a integrar o presente aresto que está devidamente assinado.

Recife, 02/09/2014


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0047682-17.2011.8.17.0001 (0273325-9)
COMARCA: RECIFE
VARA: 1ª VARA DOS CRIMES CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE DA CAPITAL
APELANTE: ANDRÉ LUIZ FERNANDES DA SILVA
ADVOGADA: BELA. ALCIONE ROBERTA DE LIMA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA: DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA

RELATÓRIO

André Luiz Fernandes da Silva recorre da decisão de **fls. 133/141**, que o condenou à pena de 06 (seis) anos, 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão e 20 (vinte) dias-multa, por infração ao art. 157, § 2º, inciso I, c/c art. 70, ambos do Código Penal Brasileiro¹.

Nas Razões de recurso, apresentadas às **fls. 151/155**, requer o Apelante a absolvição sob a alegação de insuficiência de provas que ensejem sua condenação. Subsidiariamente, pugna pela diminuição da pena com a sua substituição por restritivas de direitos.

Nas contrarrazões de **fls. 159/162**, o Ministério Público opina pelo não provimento do recurso e conseqüente manutenção da sentença prolatada.

¹ Art. 157. Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa.

§ 2º A pena aumenta-se de um terço até metade:

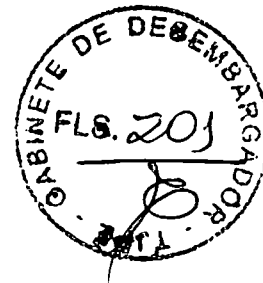
I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

Concurso formal

Art. 70 - Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos, consoante o disposto no artigo anterior. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



A Douta Procuradoria de Justiça, através da Dra. Eleonora de Souza Luna, ofertou parecer às fls. 171/173, manifestando-se pelo não provimento do apelo.

O Recorrente encontra-se preso desde 09/08/2011, estando atualmente recolhido no Centro de Observação e Triagem Prof. Everardo Luna (COTEL - fl. 148v).

É, em resumo, o relatório.

À Douta Revisão.

Recife, 28/04/2014


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



209

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0047682-17.2011.8.17.0001 (0273325-9)
COMARCA: RECIFE
VARA: 1ª VARA DOS CRIMES CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE DA CAPITAL
APELANTE: ANDRÉ LUIZ FERNANDES DA SILVA
ADVOGADA: BELA. ALCIONE ROBERTA DE LIMA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA: DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA

VOTO

André Luiz Fernandes da Silva (ora Apelante) foi denunciado como incurso nas penas do artigo 157, § 2º, inciso I do Código Penal Brasileiro.

Narra a denúncia (recebida em 31/08/2011, fl. 58), que no dia 09/08/2011, por volta das 14:30h, nas imediações da Estação do metrô Werneck, Bairro de Jardim São Paulo, o acusado, agindo mediante grave ameaça exercida com o emprego de arma, roubou da adolescente Larissa Regis Oliveira Pereira, de 14 anos de idade, um aparelho de telefonia celular de marca Q5-TV, avaliado em R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Notícia, ainda, a inicial ministerial que na mesma oportunidade o Recorrente também investiu contra a comerciante Danielle Maria Viana da Costa, madrinha da citada menor, e roubou-lhe um aparelho celular modelo Samsung GT-S3650, avaliado em R\$ 300,00 (trezentos reais).

A materialidade do delito está comprovada através do Auto de Apreensão e Apresentação de **fl. 23**, pelos Autos de Entrega de **fls. 26 e 27** e pelo Auto de Avaliação de **fl. 37**.



250

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

A autoria resta incontestada, visto que o réu confessou perante a autoridade policial (**folha 16**) e judicial (**DVD - fl. 110v**) sua participação no delito, detalhando como ocorreu a ação criminosa.

A confissão está em total harmonia com as declarações das vítimas e testemunhas arroladas, dentre elas **Iraponam Pedro do Nascimento (policial civil - condutor)** que afirmou que estava nas imediações quando foi chamado pelas ofendidas noticiando que tinham sido assaltadas minutos antes. Disse que elas informaram o traje do acusado e apontaram a direção em que o mesmo seguiu. Declarou que encontrou o ora Recorrente em uma rua próxima e logo viu que ele estava com os 02 (dois) celulares das vítimas além de um facão. Asseverou que as ofendidas reconheceram o acusado e os seus respectivos bens (DVD-fl. 110v).

Esclarecedor é o depoimento da vítima **Danielle Maria Viana da Costa** (DVD-fl. 110v). Disse que havia marcado para se encontrar com sua afilhada Larissa na Estação Werneck do metrô, e de lá iriam para um salão de cabeleireiro onde a mãe da adolescente trabalhava. Narrou que o acusado já estava "*de olho*" em Larissa e que ao passar por elas, ambas comentaram como ele tinha uma atitude estranha. Mais a frente, ele fingiu ter entrando em uma rua e quando as ofendidas se aproximaram foram abordadas, tendo o mesmo exigido os celulares, sob a ameaça: "*passa, passa, senão eu mato*", mostrando o cabo de uma arma. Declarou ter percebido que não era uma arma de fogo, e sim um facão, e diante de tal constatação resolveu correr atrás do acusado. Acrescentou que ele "*pegou uma carona com o caminhão da copagás*" para evadir-se do local. Perseguido e preso pelos policiais, foram encontrados com o acusado os telefones subtraídos e o facão utilizado para o roubo.



233

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Percebe-se, outrossim, que os depoimentos prestados apresentam-se coesos e coerentes.

Some-se a isso a informação de que as ofendidas ou as testemunhas não teriam nenhum interesse em prejudicar o apelante, inclusive porque não o conheciam. Como me filio à corrente que considera a palavra da vítima viga mestra da prova, entendo que não há como se atender ao pedido de absolvição, notadamente se considerando os reconhecimentos realizados pelas vítimas durante audiência de instrução em juízo.

Nesse sentido, apenas para ilustrar, o julgamento do Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul:

"Prova. Roubo. Palavra da vítima; Valor: Como reiteradamente se vem decidindo, se o delito é praticado, sem que outra pessoa o presencie, a palavra da vítima é que prepondera; A preponderação resulta do fato de que uma pessoa nunca irá acusar desconhecidos da prática de uma subtração, quando esta incorreu. Não se pode argumentar de acusação motivada por vingança ou qualquer outro motivo, quando os envolvidos não mantêm qualquer vínculo de amizade ou inimizade, quando são desconhecidos entre si" (JATAERGS 103/89).

Dessa forma, quando a prova dos autos é robusta e consistente no sentido de apontar o apelante como autor da subtração mediante violência, impõe-se a manutenção da condenação imposta.

Relativamente à dosimetria da pena, igualmente não merece prosperar a irresignação recursal.

A pena-base de 05 (cinco) anos encontra-se dentro dos limites estabelecidos pelos elementos do art. 59 do Código Penal, pois o critério para a sua aplicação depende da avaliação do magistrado sentenciante ao examinar as circunstâncias de natureza subjetivas e objetivas na prática do delito.



212

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Tendo o juiz se baseado em aspectos relevantes e desfavoráveis, não poderia a reprimenda deter-se no mínimo legal estabelecido.

No presente caso, dentre as circunstâncias analisadas, subsiste em desfavor do acusado, os antecedentes maculados, uma vez que já condenado também por crime de roubo na mesma Vara dos Crimes contra a Criança e Adolescente.

Some-se ainda a informação do próprio acusado de que o mesmo já foi preso outras duas vezes e que estava bêbado no momento da abordagem.

Igualmente, constata-se que o magistrado aplicou as atenuantes de confissão e menoridade em favor do acusado (fl. 138, 2º parágrafo), se afigurando acertada a sentença condenatória nesse contexto, uma vez que o Juiz "*a quo*" ao realizar a segunda fase do sistema de aplicação da pena, levou em consideração as atenuantes presentes ao caso, aplicando-lhes as diminuições correspondentes.

Também, as causas de aumento presentes no caso, a saber, o uso de arma para prática delitiva (art. 157, § 2º, inciso I e o concurso formal – art. 70 do CP) foram aplicadas em suas frações mínimas, ou seja, 1/3 (um terço) e 1/6 (um sexto), respectivamente.

Assim sendo, ao reverso do invocado, entendo que a pena definitiva foi fixada um pouco acima do mínimo legal, não se afigurando excessiva, nem demasiadamente branda, mas justa, adequada e idônea, em quantidade suficiente para reprimir a prática da infração, estando em consonância com os critérios definidos pelos artigos 59 e 68 do Código Penal, nada existindo para se modificar neste item.

Friso, por derradeiro, a impossibilidade da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito, pois não se encontram presentes os requisitos do art. 44, inciso I, do Código Penal, uma vez que a



283

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

reprimenda definitiva, como visto, ultrapassa quatro (04) anos, além de ter sido o delito perpetrado com grave ameaça à pessoa.

Por todas estas razões, **voto pelo não provimento** do presente apelo, mantendo-se a sentença monocrática em todos os seus termos.

Recife, 23/09/2014


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



0012
254

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL nº 0273325-9

COMARCA: Recife – 1ª Vara dos Crimes Contra a Criança e o adolescente
APELANTE: **ANDRÉ LUIZ FERNANDES DA SILVA**
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
REVISOR: **Des. NIVALDO MULATINHO FILHO**
PROCURADORA: Dra. Eleonora de Souza Luna

VOTO DO REVISOR

ANDRÉ LUIZ FERNANDES DA SILVA, qualificado nos autos, recorreu da Sentença, de fls. 133/141, do Juízo da 1ª Vara dos Crimes contra Criança e Adolescente do Recife, que o condenou à pena de **6 (seis) anos, 2 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, em regime semiaberto**, além do pagamento de 20 (vinte) dias-multa, à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente na época dos fatos (2011), pela prática do crime tipificado no art. 157, §2º, I, do CP (roubo majorado pelo emprego de arma).

Narra a Denúncia, de fls. 02/04, em síntese, que o réu, ora Apelante, **ANDRÉ LUIZ FERNANDES DA SILVA**, roubou da adolescente LARISSA RÉGIS OLIVEIRA PEREIRA, um aparelho celular de marca/modelo Mobile Q-5-TV, avaliado em R\$ 400,00 (quatrocentos reais), delito que foi praticado com o emprego de arma (facão). O fato ocorreu nas imediações da estação do metrô de Werneck, bairro de Jardim São Paulo, na cidade do Recife. Após o que o agente também investiu contra a comerciante DANIELE MARIA VIANA DA COSTA, madrinha da citada menor, subtraindo dela um aparelho celular de marca/modelo Samsung GT-S 3650, avaliado em R\$ 300,00 (trezentos reais).

Depois do delito, e na posse da *res furtiva*, o denunciado saiu andando do local, enquanto que as vítimas ainda tentaram correr atrás dele, porém o citado réu subiu na carroceria de um caminhão que passava na ocasião e fugiu em direção ao Bairro do Barro. Pouco depois, ao perceber a aflição de DANIELE e tomar



235

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gab. Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

conhecimento do ocorrido, a testemunha JOSÉ JAMERSON SILVA auxiliou a referida ofendida em busca do denunciado. O mesmo aconteceu com a adolescente Larissa, que solicitou a ajuda de um motoqueiro conhecido seu. Além deles, o policial civil IRAPONAN PEDRO DO NASCIMENTO, que se encontrava realizando diligências naquela área, tão logo foi informado sobre os fatos, imediatamente saiu à procura do assaltante (fl. 03).

O denunciado, ora Apelante, foi preso e autuado em flagrante na Rua Paulo Afonso, próximo ao cemitério do Barro, munido dos dois aparelhos celulares e de um facão medindo cerca de 45cm, utilizado na investida criminosa (fl. 03).

A Defesa, às fls. 152/155, apresentou Recurso de Apelação, buscando a absolvição do acusado **ANDRÉ LUIZ FERNANDES DA SILVA**, assegurando que a prova produzida não foi suficiente para a condenação do Apelante no evento criminoso. E, ainda, afirma que, se o Apelante participou do delito em apreço, o fez em estado de necessidade. Subsidiariamente, pugna-se pela fixação da pena-base no mínimo legal, com a substituição por pena alternativa.

O Ministério Público, tanto de 1º quanto de 2º grau, manifesta-se pela manutenção da Sentença Condenatória em sua integralidade (fls. 159/162 e 171/173).

Não procedem as Razões apresentadas pela Defesa do apelante **ANDRÉ LUIZ FERNANDES DA SILVA**. É de se ver que tanto a materialidade quanto a autoria estão devidamente comprovadas nos autos, através do Auto de Prisão em Flagrante de fls. 02/10, com ênfase no Auto de Apreensão e Apresentação de fl. 23, pelos Termos de Entrega de fls. 26 e 27, e pelo Auto de Avaliação de fl. 37.

Note-se que o próprio apelante **ANDRÉ LUIZ**, tanto na fase policial quanto na judicial (fl. 16 e fl. 110v – gravado em DVD, respectivamente), confessou a sua participação no evento delituoso, dizendo que, no momento do assalto, portava



256

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gab. Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

um facão escondido debaixo de sua camisa do Sport Clube do Recife. Que se encontrava bêbado e exigiu das vítimas os aparelhos celulares.

Em depoimentos prestados em Juízo (fl. 110v – gravado em DVD), as ofendidas afirmaram, igualmente, que tinham acabado de se encontra nas proximidades da estação de metrô Werneck, em Jardim São Paulo, quando foram abordadas pelo acusado, que as ameaçou mostrando um “facão” que se encontrava na cintura, debaixo da camisa do Sport Clube do Recife e ordenando que ambas “passassem os celulares”.

O policial civil, IRAPONAN PEDRO DO NASCIMENTO, que participou da prisão do réu, ora Apelante, declara que estava em diligências pelo local, quando foi acionado pelas vítimas e que, momentos após, capturou o acusado, sendo que, no momento da abordagem, o mesmo se encontrava com uma camisa do Sport Clube do Recife e um facão, sendo ele acusado prontamente reconhecido pelas vítimas.

Aos depoimentos das ofendidas, juntam-se os depoimentos prestados, na fase policial e confirmados em Juízo, às fls. 10/11 e fl. 110v – gravado em DVD, pelas testemunhas JOSÉ JAMERSON SILVA e LANDERSON MÁRIO DA SILVA, que auxiliaram na prisão do acusado, ora Apelante.

Quanto ao pleito de atenuar a pena privativa de liberdade fixada pelo Magistrado *a quo* entendo que o fundamento apontado pelo Recorrente não encontra apoio nos autos. É que a referida pena foi imposta dentro dos parâmetros fixados nos arts. 59 e 68, do Código Penal, restando, portanto, fundamentado o *quantum* fixado.

Veja-se que o Juiz sentenciante, na primeira fase, considerou desfavorável ao Apelante apenas os antecedentes criminais (Ação Penal n. 0055264-05.2010.8.17.0001, decisão condenatória com trânsito em julgado em 25.01.2012), pelo que fixou a pena-base acima do mínimo legal, isto é, em 5 (cinco) anos de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gab. Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

reclusão. Na segunda fase, reconheceu a incidência das atenuantes da menoridade relativa e da confissão, resultando na sanção provisória correspondente a 4 (quatro) anos de reclusão. Na terceira e última fase, o Juiz sentenciante aplicou o aumento de 1/3 (um terço), referente à qualificadora prevista no §2º, I (uso de arma), do art. 157, do CP, resultando em 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão. Presente, ainda, a causa de aumento do concurso formal inserto no art. 70 do mesmo diploma legal, aumentou a pena em 1/6 (um sexto), **tornando-a definitiva em 6 (seis) anos, 2 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão**, a ser cumprida em regime semiaberto. Logo, não pode ser considerada tal pena como exacerbada.

Ante o exposto, voto pelo improvimento do recurso, mantendo-se integralmente a Sentença Condenatória do Juiz monocrático.

É como voto.

Recife, 23 de setembro de 2014.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Revisor